

**ENCONTRO
COMUNICAÇÕES/
BRASIL SÉCULO XXI**

Painel II

Mercado audiovisual brasileiro:
impactos econômicos, políticos e culturais
da introdução da televisão por assinatura.

Daniel Herz

*Diretor de Relações Institucionais da Federação
Nacional dos Jornalistas e Coordenador do Fórum
Nacional pela Democratização da Comunicação.*

I.

Num futuro que esperamos bem próximo, provavelmente dividiremos a história da introdução da Televisão por Assinatura no Brasil em duas eras - “AC” e “DC” -, isto é, “antes e depois do cabo”. Possivelmente tomaremos como divisor de águas a até agora bem sucedida negociação da regulamentação da TV a Cabo, concluída no último dia 30 de agosto e que resultou na aprovação do projeto de lei da TV a Cabo na Câmara dos Deputados.

Como certamente é do conhecimento de todos, estamos na expectativa da aprovação desse projeto de lei no Senado Federal e na posterior sanção pelo Presidente da República. Obtido isto, restará ainda a instalação do Conselho de Comunicação Social, o que então dará plenas condições para a vigência da lei e seus necessários mecanismos e normas.

Temos motivos para ser otimistas com relação a estas etapas a vencer, mas não há como deixar de registrar que ainda vivemos uma situação muito precária.

E se estamos aqui, constatando a precariedade da TV a Cabo, o que dizer das demais tecnologias de TV por Assinatura, ainda sujeitas ao figurino antigo e predominante, amparadas em atos do executivo e na criação de situações de fato, desobrigadas de legitimidade?

O otimismo que nos permitimos em relação à TV a Cabo é também extensível às demais tecnologias de TV por Assinatura, que certamente terão referência conceitual e política na pioneira experiência de negociação. Mas a realidade de hoje, da TV por Assinatura, ainda tem a marca do precário e do instável.

II.

Em resposta à solicitação do temário deste evento, portanto, poderíamos desenhar alguns cenários de possibilidades que, entretanto, ainda estão em fase de acelerado processo de redefinição.

Acreditamos que o desenvolvimento desses cenários seria um exercício importante, mas ainda temerário, em virtude de estarmos vivendo um momento crítico de um novo processo político.

Por isto tudo, optamos por adotar um outro caminho e, aproveitando a presença, neste evento, de várias das personalidades e entidades envolvidas, direta ou indiretamente, no debate da TV a Cabo, e também na condução de assuntos de telecomunicações e tecnologia, tentaremos avançar no debate de uma estratégia para o país implementar o conjunto das tecnologias de TV por Assinatura. Para isso, selecionamos um elenco de condições - que expressam, ainda, mais uma vontade do que uma realidade -, com indicativos para produzir os impactos que consideramos mais desejáveis para o país, por terem dimensão estrutural e estratégica.

Boa parte das propostas que serão aqui apresentadas já foram testadas na disputa e na negociação da regulamentação da TV a Cabo, sendo, portanto, mais do que apenas referências especulativas.

As proposições que selecionamos, em conseqüência, são a expressão de uma vontade que impulsiona a ação e informa nossos movimentos e, assim, buscam o convencimento acerca do seu mérito, mas também dialogam com o contraditório, sendo por esse motivo aqui trazidas ao debate.

III.

1. Necessitamos criar novas instituições que superem o formalismo, a opacidade e o sentido usurpados da universalidade que caracteriza as instituições da tradição republicana.

As novas instituições, aqui defendidas, devem consolidar-se, sobretudo, pela afirmação do seu conteúdo e do seu potencial de representação das relações sociais que se busca estabelecer.

Um exemplo disto é o Conselho de Comunicação Social - órgão auxiliar do Congresso Nacional, previsto na Constituição e regulamentado pela lei 8.389/91 - que, ao contrário de ser um mero apêndice do poder legislativo federal, caracteriza-se por ser um órgão da sociedade instalado no interior do Congresso, mas que terá, inclusive, papel de interlocução com o executivo.

*2 . Necessitamos capacitar a sociedade para compreender o papel contemporâneo da comunicação na construção da democracia e da cidadania e, além disso, capacitar os cidadãos para a leitura crítica dos meios de comunicação e para o debate de sua estética, entendendo-se que a **autonomia intelectual dos indivíduos e capacidade crítica** são fatores decisivos para o exercício da autonomia estratégica do país.*

Até mesmo no interior das empresas privadas as **teóricas** e técnicas de gestão da qualidade apontam para a necessidade de indivíduos críticos em relação aos produtos do seu trabalho e ao próprio processo do trabalho. Estes indivíduos são chamados a participar, opinar e a responsabilizar-se, solidariamente às empresas, pela qualidade do que produzem.

Este tipo de abordagem, que se dissemina entre as empresas administrativamente mais atualizadas do país, deve ser estendido à cidadania, com estímulos à atitude crítica e responsável que todos devem ter diante do que é produzido pelos meios de comunicação de massa. Sem capacidade para relacionar-se criticamente com os produtos da cultura, não teremos o tipo de cidadão necessário para que o país otimize o exercício da sua soberania e autonomia estratégica.

3. Necessitamos desenvolver uma gestão política do mercado, superando a espontaneidade e orientando seu desenvolvimento, dotando-o de finalidades humanizadoras.

Podemos constatar que o liberalismo mostrou-se tão ingênuo e utópico como o antigo socialismo utópico. Provavelmente **esteja seja** um dos motivos para que o capitalismo cometa o mesmo erro do socialismo real, reduzindo o homem ao econômico, ainda que a partir de outro ângulo, atribuindo ao mercado - não pela via do planejamento centralizado, mas pela exaltação da espontaneidade - um automatismo benigno e racionalizador.

O liberalismo, na verdade, só consegue aproximar-se da prática do seu ideário quando os mercados estão estabilizados. Em qualquer dificuldade, os Estados liberais recorrem, pragmática e utilitariamente, a qualquer tipo de instrumento, indo de práticas repressivas no plano político, até o estabelecimento de formas simbióticas entre o Estado e o setor privado.

Este tipo de constatação, entretanto, não pode obscurecer a necessidade de superação dos dogmas da esquerda, em particular - no que nos interessa para o debate aqui travado - os que dizem respeito à oligopolização e monopolização da economia.

Reivindicar o fim dos monopólios e dos oligopólios privados, e mesmo dos cartéis, não é mais que uma mera ingenuidade. Marx já demonstrava, no século passado, que a queda tendencial da taxa de lucro leva os empreendimentos capitalistas a se associar e a se concentrar. Prescindir dos monopólios e oligopólios numa economia capitalista é ficar, como diz o poeta Moacir Félix, como um cão metafísico ganhando para as estrelas.

Não podemos adotar, no Brasil, uma visão idílica e utópica, em relação aos oligopólios, reivindicando para a economia do país condições que não se realizam nos países centrais que, ao contrário, assentam suas economias em monopólios e oligopólios.

Em áreas estratégicas, especialmente as que nos colocam em concorrência direta com os gigantescos grupos transnacionais, o Brasil precisa da concentração do capital, sob pena de não ter condição de competição.

O reconhecimento do papel dos monopólios e oligopólios para o desenvolvimento do país, entretanto, não pode significar sujeição às suas políticas. Ao contrário, é justamente a gestão política do mercado, com o estabelecimento de relações politizadas, dos monopólios e oligopólios com o Estado e a sociedade, que poderão proporcionar ao país o exercício da autonomia estratégica.

o problema dos monopólios e oligopólios no país não é a sua existência, mas suas políticas equivocadas; é a exacerbação dos seus particularismos, é a sua tendência a se superpor aos interesses do país. Isto é inaceitável.

*4. O país deve ter resposta aos problemas da **exclusão** interna e da **integração** e da **dependência** externa, como premissa para o desenvolvimento de condições favoráveis à afirmação da nossa autonomia estratégica.*

4.1. O problema da exclusão.

Defendemos que o óbice para o desenvolvimento do país não são os monopólios e os oligopólios. É a exclusão das dezenas de milhões de brasileiros, do mercado e da cidadania. Necessitamos de políticas públicas ousadas e abrangentes, capazes de integrar estes excluídos ao mercado de trabalho e de consumo, ao usufruto do conforto dos bens, à fruição da cultura, ao exercício da política.

Investimentos maciços em infraestrutura básica, habitação, educação e saúde são críticos para este processo de integração dos excluídos. Não há como produzir esta integração sem o concurso do Estado, sem políticas públicas ou sem a gestão do mercado.

No que se refere à comunicação, não há solução, não haverá democratização, sem uma disseminação de renda que permita acesso básico às tecnologias de consumo do nosso tempo. Isto é, o indivíduo que não tiver acesso, além de jornais e revistas, a videocassete, disco CD, micro-computador com CD-Rom e TV a Cabo, será um analfabeto contemporâneo. Este excluído da contemporaneidade equivalerá aos indivíduos que, no início do século, não tinham acesso a jornal. Este acesso, obviamente, não será possível, na velocidade e amplitude que necessitamos, em caráter privado. Há que se pensar, portanto, em formas públicas de tornar disponível o acesso a estes bens e serviços.

Certamente aparecerá alguém para dizer, no que se refere à comunicação, que os monopólios e oligopólios são, em boa medida, responsáveis por esta exclusão. Concordamos. Mas, insistimos, isto não é consequência inevitável do fato de se tratar de monopólios e oligopólios, mas sim de suas políticas estreitas e equivocadas. Ao contrário, temos convicção de que estes monopólios e oligopólios podem ter importante papel nesta socialização massiva dos bens e da cultura.

4.2. O problema da interdependência.

Ao longo da história, em todos os seus surtos de desenvolvimento, o Brasil fez aproveitamento de condições externas, positivas ou negativas, como fechamento de mercados, em contextos de guerras ou ambientes favoráveis determinados por situações políticas do Sistema Internacional.

Isto ocorreu, destacadamente, no primeiro governo de Getúlio Vargas (no contexto da Segunda Guerra Mundial) e no governo Juscelino Kubitschek, bem como nos governos militares (no contexto da Guerra Fria). Nossa capacidade de gerir favoravelmente condições de dependência, entretanto, poderia ser demonstrada em inúmeros outros exemplos, remetidos até a fase do Império.

No atual contexto da forçada e intensa interdependência, que decorre da globalização da economia, ao contrário de muitos outros países, a capacidade de lidar com situações de dependência é uma vantagem do Brasil. Nosso problema é, mais uma vez, administrar criativa e ousadamente a **interpendência**, de modo a que o país usufrua as condições mais favoráveis para o exercício da autonomia estratégica. Interdependência sem subordinação é o nosso desafio.

4.3. O problema da integração.

Integração sem submissão é o outro nome do nosso desafio. As transformações estruturais necessárias para a superação da exclusão, dos desequilíbrios regionais e dos fatores congênitos de atraso, exigem do Brasil uma verdadeira revolução. Não podem, portanto, seguir receituários externos ou já dados. Têm que constituir uma solução original, autônoma e contemporânea.

Só com um processo revolucionário o Brasil alcançará condições para integrar-se positivamente a um contexto internacional adverso e ir mais longe do que o levaram os impulsos desenvolvimentistas iniciados nas décadas de 30 e 60, que constituíram processos revolucionários, mas adotaram premissas conservadoras.

Em nossa avaliação, não se trata de reivindicar, no país, as tarefas da modernidade, que aqui já se realizaram do jeito que foi possível. Trata-se, isto sim, de fazer uma ruptura com o moderno e encetar no Brasil uma revolução que insira o Brasil diretamente na contemporaneidade.

As transformações revolucionárias que aqui se impõem, com uma recomposição do papel do Estado, da sociedade e do setor privado, e com uma redefinição das bases do exercício da de-

mocracia e da cidadania, por outro lado, podem tornar viáveis as transformações estruturais de que o país necessita.

Explica-se: as premissas adotadas pela direita primaram pelo congelamento do status quo e limitaram o alcance das transformações; as premissas adotadas pela esquerda colocariam o país em rota de colisão com o bloco no qual o país estava inserido, o que geraria forte reação. De certa forma, estamos livres do segundo problema e, quanto ao primeiro, hoje é possível equacionar, politicamente, uma solução.

As bases revolucionárias que aqui estamos reivindicando são de um tipo que não produz fissuras no Sistema Internacional, a exemplo do que ocorreu no início do século com a União Soviética. E, por outro lado, lidam com uma realidade de mercado que hoje é contingência planetária e inescapável. Ou seja, estão num vértice de opção política que pode gerar novas bases de consenso interno e trânsito no Sistema Internacional.

Sabemos que o surto de desenvolvimento que podemos deflagrar no Brasil terá limites, e não nos colocará, de imediato, no patamar das superpotências, entre outros aspectos por ocorrer num ambiente de extrema competitividade.

Entendemos, por isso, que as tarefas para inserir o Brasil na contemporaneidade são também *econômicas* mas são, sobretudo, *políticas*. Nossa constatação é que nosso maior obstáculo são as condições subjetivas e as dificuldades para estruturação das bases de formação de consenso e de hegemonia no país.

As tarefas revolucionárias que estamos vislumbrando começam pelo desenvolvimento de uma cidadania de novo tipo, desatreladas do formalismo das instituições da tradição republicana. As tarefas contemporâneas de recomposição da dimensão psicossocial do país podem colocar o Brasil, inclusive, em vantagem em relação ao chamado primeiro mundo, atrelado aos dilemas impostos pela Razão Autoritária e ao arcaico formalismo das suas instituições.

Sabemos que não vamos ampliar muito rapidamente a ordem de grandeza da nossa economia, assim como não temos condições de nos transformar, nem a médio prazo, numa potência militar capaz de se impor, por esta via, no mundo. Onde podemos nos destacar é na capacidade de recompor a esfera pública, na capacidade de operar consensos e de criar uma cidadania qualificada.

É para este tipo de tarefa que identificamos o papel determinante dos sistemas de comunicação, como infraestrutura, a um só tempo impulsionadora e resultante de uma cidadania qualificada.

4.4. *O problema do exercício da autonomia estratégica.*

A reestruturação e a redefinição dos sistemas de comunicação do país têm um papel decisivo e insubstituível no empreendimento do processo revolucionário de recomposição da cidadania, aqui referido.

Para estas tarefas, o país necessita do concurso dos monopólios e oligopólios, como condição para os maciços investimentos necessários na área. Obviamente, não estamos falando de uma organização dos sistemas de comunicações que elimina a competição ou restringe estes sistemas aos monopólios e oligopólios. Ao contrário, são necessários novos protagonistas e agentes do processo de comunicação e um verdadeiro *boom* de novos empreendedores. O que estamos dizendo, isto sim, é que não há como atribuir o impulso fundador dos movimentos aqui previstos a pequenos e médios investidores. Pensar isto seria um retrocesso idílico à forma de acumulação primitiva do capital. Por isso, referimos a vital importância da participação dos monopólios e oligopólios neste esforço.

Obviamente, também cabe ao Estado investir em formação de recursos humanos e pesquisa e desenvolvimento para a área das comunicações, como condição para se ter massa crítica e operar estas políticas.

Um dos dilemas para a deflagração deste tipo de política é uma possível indisposição dos monopólios e oligopólios para cooperar. Nossa dúvida é se estes grupos do cartel local dos oligopólios insistirão em suas posições aristocráticas e despolitizadas.

Esta situação pode surpreender alguns e levar a sociedade a fazer um giro na sua política e optar por uma associação com monopólios e oligopólios estrangeiros, que se dispusessem a atuar no Brasil, cumprindo as leis e estabelecendo, de forma politizada, acordos com o Estado e a sociedade. A atual conduta dos oligopólios nacionais - que, inclusive, mostram-se avessos ao mercado e à competição, à produção de riquezas no país e mesmo à disposição para investir, preocupando-se mais em atuar como partidos políticos - pode tornar inevitável esta parceria da sociedade e, quem sabe, do Estado, com oligopólios estrangeiros na área das comunicações.

Afinal, para o estabelecimento das novas relações internas que o Brasil necessita, com os oligopólios estrangeiros não teríamos que sujeitar os arranjos às idiossincrasias pessoais de militares e seus filhos, e provavelmente conseguiríamos avançar no trato com executivos de carreira, com uma gestão profissional e impessoal do capital, e assim nos relacionaríamos com as perspectivas estratégicas desses grupos.

obviamente, o país só teria a ganhar se o Estado, a sociedade e o setor privado nacional, da área da comunicação, alcançassem base de cooperação. Para isso, é preciso romper com a lógica da razão autoritária, a lógica de uma razão em crise, que herdamos do período da Guerra Fria e da Paz do Terror, que ainda tem ingerência sobre a política interna do país e está a nos sentenciar que temos polaridades que não se tocam e que não podemos produzir unanimidades entre setores antagônicos e mesmo contraditórios. Temos que colocar no lixo as impossibilidades impostas por estas concepções e mostrar que, no Brasil, podemos estruturar uma nova esfera pública.

5. A televisão, o vídeo e as novas tecnologias de comunicação têm um decisivo papel na constituição de uma cultura que funda uma nova esfera pública e se baseia numa idéia de sociedade inteligente.

Estamos convictos de que os sistemas de comunicação podem e devem - a partir de uma nova relação com a sociedade - deflagrar um processo civilizatório, no sentido da humanização das relações sociais e do desenvolvimento do país.

O Brasil tem que se encontrar e passar a arbitrar os seus rumos, para alçar-se à condição de grande potência internacional. Os sistemas e tecnologias de comunicação são decisivos instrumentos para deflagrar as relações que possibilitarão isso.

O equacionamento da dimensão psicossocial do nosso país é fato crítico, num contexto em que o mundo é empurrado para a homogeneização, principalmente considerando as dificuldades que as grandes potências têm vivido para imposição das suas hegemonias. Estes aspectos da subjetividade são básicos para que o nosso país mostre aptidão para realizar as tarefas objetivas da economia e da construção material, necessárias ao desenvolvimento.

A contrapartida de cidadãos dotados de autonomia intelectual e de monopólios e oligopólios dispostos a cooperar em projetos voltados para o desenvolvimento do país, é a existência de uma *sociedade inteligente*.

Na abordagem aqui realizada, sociedade inteligente é a sociedade organizada para tratar de igual para igual com o Estado e o setor privado. É a sociedade capacitada para lidar com a informação e a ação estratégica. *Sociedade Inteligente* é a sociedade que se preocupa com o uso da inteligência, tal qual o fazem o Estado e o setor privado.

Um dos desafios da sociedade inteligente será, no que interessa para a nossa análise, apreender o papel da comunicação na contemporaneidade e, sobretudo, atribuir sentido ético e estratégico ao uso das tecnologias, à estruturação dos sistemas de comunicação e as políticas públicas para a área das comunicações.

IV.

Postas estas proposições sobre as condições e o sentido buscado para a introdução das tecnologias de TV por Assinatura, cabe um sumaríssimo balanço dos resultados até agora alcançados na negociação da TV a Cabo, durante a qual constatamos o seguinte:

1. O papel atribuído ao Conselho de Comunicação Social o qualifica como uma instituição de novo tipo, constituinte de uma nova esfera pública, tal como aqui postulamos.

2. O permanente processo de acompanhamento, pela sociedade, que será mantido sobre a regulamentação e a normatização da TV a Cabo, abre a possibilidade de se realizar a gestão política do mercado, aqui defendida, o que, em certa medida, começou a ser feito no corpo da própria lei.

3. A Lei da TV a Cabo abre o mercado, claramente, para a atuação dos monopólios e oligopólios da comunicação, ao não estabelecer restrições ao acúmulo de veículos de modalidades distintas ou à combinação de operações por uma mesma operadora, sendo esta uma contrapartida ao estatuto de público atribuído ao serviço.

4. A própria negociação da regulamentação da TV a Cabo constituiu o teste de um embrião de estruturação da “sociedade inteligente”, com a extensa e aprofundada preparação que exigiu dos negociadores, e mesmo a preparação do contexto da negociação.

O projeto resultante do acordo de regulamentação da TV a Cabo viabiliza o planejamento estratégico sobre a implantação desta tecnologia e seus impactos sobre diversas áreas.

V.

Avaliando em termos gerais o projeto de lei da TV a Cabo, constatamos que quase todos os seus principais aspectos têm, simultaneamente, importantes decorrências econômicas, políticas e culturais.

Não obstante a constituição deste sentido multidimensional do impacto das novas tecnologias, procuramos identificar alguns elementos, que passaremos a designar:

1. *Em relação ao mercado:*

- a) a explosão do mercado da produção de vídeo no país;
- b) desbloqueio da concorrência comercial, com novas possibilidades, principalmente, de atuação de programadores de todos os portes;
- c) possibilidade de impulsão da TV a Cabo como fenômeno de massa;
- d) estímulo ao desenvolvimento das telecomunicações, notadamente da infraestrutura, as chamadas “estradas eletrônicas”, provocando a dinamização das concessionárias de telecomunicações.

2. Em relação ao processo político.

- a) Abertura das "janelas eletrônicas" para as instituições, que colocarão os cidadãos em contato direto, ao vivo, com o poder legislativo, em todos os níveis;
- b) estabelecimento do direito de expressão, facultado a qualquer pessoa jurídica;
- c) implementação do controle público, com o estabelecimento de relações multilaterais entre os interessados em influir na orientação do uso social da tecnologia;
- d) estabelecimento de novas relações entre o Estado, o setor privado e a sociedade.

VI.

Finalmente, tomando como referencial o programa do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, podemos identificar outros aspectos da Lei da TV a Cabo:

- a) Defronta a nação com a necessidade de atuar em relação à enorme quantidade de produção internacional que está sendo introduzida no país;
- b) convoca a nação para atuar no sentido de tornar o Brasil um polo mundial de elaboração teórica, técnico-científica e política sobre comunicação;
- c) desafia o país para atuar no sentido de qualificar-se como um grande exportador de produção audiovisual, orientado por objetivos econômicos, de projeção de potência e de posicionamento geo-estratégico no Sistema Internacional.

VII.

O conjunto de afirmações de vontade, de prospecções e de constatações de perspectivas já abertas, ressalta a riqueza do processo que estamos vivendo, nesta conjuntura, o que valoriza, sobremaneira, este debate, o esforço que aqui está sendo feito para dotar o país de uma estratégia comprometida com o interesse público.

Muito obrigado.